

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0121-17

Itaqui(RS), 20 de março de 2017.

Exmº Sr. Vereador
IGOR BICCA ARDAIS
Presidente da Câmara de Vereadores
Palácio Rincão da Cruz
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942
Bairro: Centro
CEP: 97650-000
Itaqui – RS

Assunto: Mensagem retificativa - Projeto de Lei nº 009-17.

Senhor Presidente.


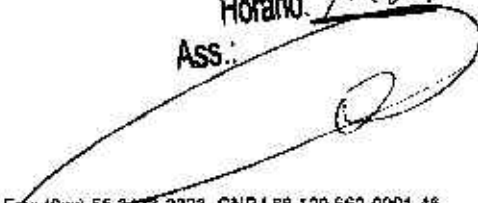
Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar ***mensagem retificativa*** ao Projeto de Lei nº 009-17, de 08-03-2017, tendo em vista a necessidade de adequações no referido projeto.

Solicitamos, em conformidade com o disposto no Artigo 147, do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, que a tramitação do presente Projeto de Lei ocorra em Regime de Urgência Urgentíssima.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente.


Carlos da Silva Martini
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaqui
Secretaria

Recebi em: 20/03/17
Horário: 11:01
Ass.: 

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 009, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Engenheiro Civil.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a função a seguir descrita:

Funções	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Engenheiro Civil	01	R\$ 2.760,66	40 hs semanais

Parágrafo Único. As atribuições do contratado no exercício das funções acima descritas são as constantes no anexo que faz parte integrante da Lei Municipal n.º 1.755/1990.

Art. 2º O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por período igual à sua vigência, uma única vez.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

Art. 3º O contrato temporário de excepcional interesse público é de natureza administrativa e assegura ao contratado os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal n.º 1.751/1990.

Parágrafo Único. Ao contratado na forma desta lei fica assegurado também:

I – o direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais n.º 1.751/1990, e n.º 2.243/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

II – o direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal n.º 2.111/94 e no Decreto n.º 2.966/95.

Art. 4º As contratações serão realizadas através de Processo Seletivo Simplificado, que será realizado, após publicação da Lei autorizando a contratação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de março de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 009-17, DE 08 DE MARÇO DE 2017.

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Casa Legislativa o presente projeto de lei, a fim de buscar autorização legislativa para a contratação temporária, por motivo de excepcional interesse público, de 01(um) **Engenheiro Civil**, com a finalidade de manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Obras.

Justifica-se o pedido de contratação temporária desse profissional para atuar junto a Secretaria Municipal de Obras, face à inexistência de concursados e em razão da necessidade de elaboração de projetos, fiscalização de obras e demais atribuições da categoria funcional, bem como, a grande demanda de projetos para ampliação das creches do Município.

Informamos, ainda que, devido a troca de Administração, estamos analisando todo o quadro funcional de servidores, visando o aproveitamento ao máximo de cada setor, assim que possível realizaremos Concurso Público para suprir todas as demandas necessárias.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os munícipes.

Finalmente, informamos que há 24 (vinte e quatro) anos, existia quatro engenheiros no quadro funcional de servidores do Município e atualmente existe apenas um, que em virtude de enfrentar problemas de saúde, seguidamente encontra-se em laudo médico.

São estas as razões que justificam o presente projeto.

Gabinete do Prefeito, em 08 de março de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito